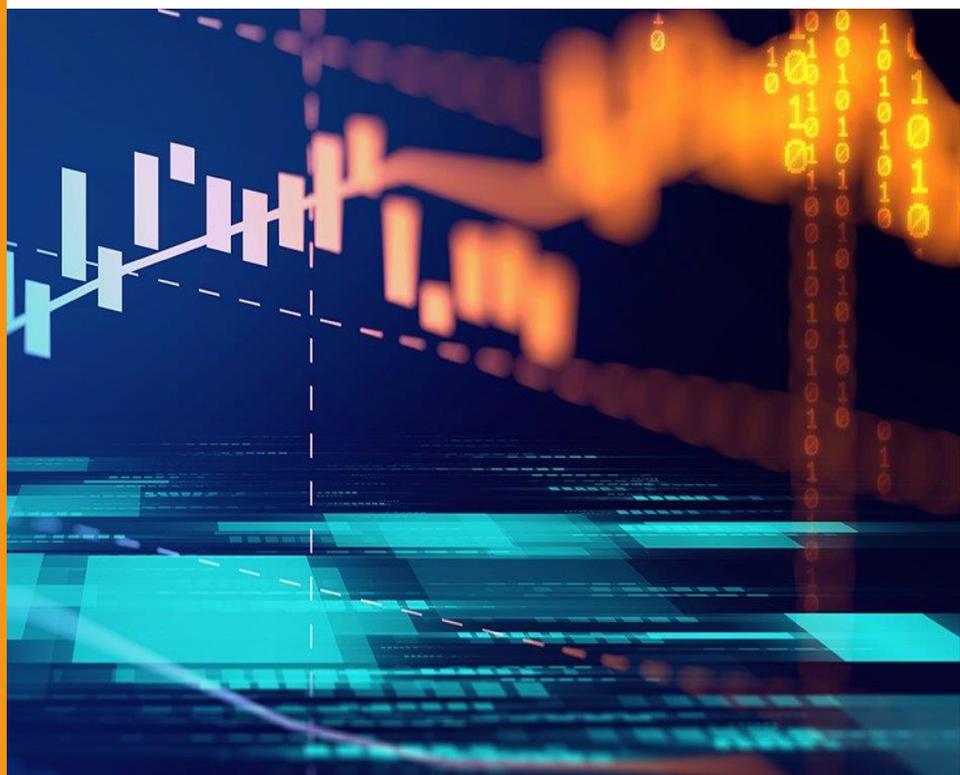




Leading Innovation in
ICT and Electronics

Relatório e Contas 2022



Aprovado na Assembleia Geral de 18 de abril
de 2023.



Índice

| | |
|---|----|
| MENSAGEM DO PRESIDENTE | 4 |
| | 4 |
| | 7 |
| VISÃO INSTITUCIONAL | 7 |
| | 7 |
| INOV | 8 |
| INOV EM 2022 | 11 |
| Indicadores | 12 |
| Recursos Humanos | 13 |
| ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA | 15 |
| Desempenho Económico e Financeiro | 16 |
| | 16 |
| Proposta de Aplicação de Resultados | 19 |
| | 21 |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 21 |
| Mapas das Demonstrações Financeiras | 22 |
| Anexos às demonstrações financeiras | 26 |
| RELATÓRIOS DE AUDITORIA | 44 |
| Relatório e Parecer do Conselho Fiscal | 45 |
| Certificação Legal de Contas | 46 |
| Relatório de Auditoria | 47 |

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Os acontecimentos excecionais com impacto global significativo nos diversos vetores de atividade humana aparentam ter vindo para ficar. Em 2022 foi a eclosão da guerra na Ucrânia no final de fevereiro, que alterou drasticamente o enquadramento macroeconómico, nomeadamente pela elevada incerteza que trouxe aos agentes económicos, pelo agravamento das restrições nas cadeias de produção globais e pelo aumento significativo dos preços dos bens energéticos e alimentares. Em simultâneo verificou-se um agravamento das pressões inflacionistas.

Neste contexto, o grau de incerteza quanto à evolução da economia mundial mantém-se elevado: depois de uma recuperação após a crise pandémica, sucedeu-lhe uma forte desaceleração a partir do segundo trimestre de 2022. Em relação a Portugal, o crescimento previsto é modesto para os próximos anos, enquanto se espera que a inflação reduza significativamente dos 8,1% que atingiu em 2022.

No INOV estamos atentos a estes factos e tendências e procuramos continuar a projetar a instituição e a escolher as apostas por forma a garantir a sustentabilidade interna e externa.

Em 2022 podemos destacar alguns temas nacionais e europeus que estão já a ter forte repercussão na atividade do INOV e que a condicionarão nos próximos 3 a 4 anos.

O Plano de Recuperação e Resiliência avançou, com resultados de candidaturas, assinaturas de protocolos e contratos, estando no momento em que escrevemos este texto a iniciar os primeiros passos de execução segundo um modelo próprio (a possível retroatividade a 1 de janeiro de 2022 levou a arranques ad hoc de projetos que ainda aguardam assinatura de contrato, adiantamentos, até há poucos dias regras de acompanhamento, ...). O INOV está diretamente envolvido em 3 agendas.

O novo programa de apoio às infraestruturas tecnológicas nacionais (agora conhecidas como CTI – Centros de Tecnologia e Inovação) está a arrancar, com algum atraso e ainda sem regras base conhecidas (mas já se sabe que o conceito de *lump sum* do anterior CIT não prossegue caminho para o CTI: agora será um projeto PRR). O INOV viu a sua candidatura aprovada e expectavelmente iniciaremos a execução em abril do corrente ano, por 36 meses (apresentámos uma argumentação com pedido de correção da classificação obtida, mas o impacto esperado não alterará substancialmente os pressupostos do projeto). É verdade que ainda pairam algumas nuvens negras sobre as condições que nos foram colocadas, nomeadamente na composição associativa. Acreditamos que a interação com a ANI, ao longo da execução do projeto, permitirá atingir uma solução mutuamente aceitável e que traga estabilidade a estes processos.

O novo programa quadro nacional de aplicação dos Fundos Europeus para o período 2021-2027 atrasou e com ele a nossa ligação a PMEs: como o investimento das empresas em Portugal ainda é muito dirigido pelas políticas lançadas por

estes fundos, todos aguardam a publicação de pedidos de proposta. É verdade que o PRR permitiu “distrain” algumas centenas de empresas, mas a tipologia de ações do PRR e do novo P2030 é muito diferente, com clara vantagem de foco e resultados de inovação para o P2030 (admitindo que se tratará de algo em linha com o P2020).

A execução dos projetos CICLOPE mantém um bom ritmo de trabalhos e no fim de 2022 o sistema é uma ferramenta de referência nacional na deteção de eventos de proteção civil e no apoio à decisão do ataque aos mesmos, permitindo à GNR e à ANEPC realizar estas suas tarefas com forte apoio digital e resultados reconhecidamente eficazes e eficientes. Para lá da natural evolução tecnológica, novas etapas se devem projetar para este projeto, sendo a internacionalização um bom objetivo.

Na Europa mantemos uma trajetória marcante de propostas e resultados: em 2022 tivemos 24 projetos em curso e submetemos 30 propostas ao Horizonte Europa e *European Defence Fund*. Mais do que apresentarmos uma elevada taxa de aprovação comparativa, quer nacional quer europeia, as nossas redes de parcerias europeias são uma mais valia relevantíssima para a prossecução desta vertente de internacionalização do INOV, colocando-nos em diversas agendas europeias de forma natural.

Na tipologia de projetos EDIH (*European Digital Innovation Hubs*) acreditamos que a candidatura que apresentámos em estreita colaboração com o INESC ID, que recebeu selo de excelência, terá oportunidade de financiamento tal como anunciado pelas

estruturas técnicas e políticas, demonstrando não só as nossas capacidades nesta nova forma de aproximação ao mercado mas também o que se pode conseguir com a aposta no INESC Lisboa. A cooperação dos 3 institutos com sede em Lisboa (ID, MN e INOV) tem tudo o que é preciso para criar uma plataforma incontornável de intervenção nacional na investigação e inovação nas TICE. Se é verdade que esse percurso ainda não atingiu velocidade de cruzeiro, está vivo e cremos que os travões que vieram com a pandemia já se esfumaram e agora precisa de atenção e investimento dos 3 institutos para levantar voo.

No Relatório Anual de Atividades os aspetos operacionais do ano são tratados de forma mais fina, esmiuçando a nossa Agenda Tecnológica e de Inovação em curso e o significado da nossa intervenção na cadeia de inovação nacional e internacional. No atual mundo dos dados, da IA e de tudo à sua volta (aquisição, transmissão, armazenamento, proteção, visualização, ...), é um desafio construir e divulgar percursos técnico-científicos institucionais que cresçam a base de conhecimento instalada e mantenham vivas todas as chamadas necessárias para a atratividade do INOV ser suficientemente alta. Consideramos que nos temos posicionado bem, atentando nos resultados que vamos apresentando sucessivamente nas diversas vertentes, destacando as relações com a sociedade e especificamente com as empresas.

Identificámos, também no âmbito da candidatura CTI, um percurso de crescimento institucional que será um desafio nos próximos anos, mas que trará resultados tecnológicos, de mercado e organizacionais, internos e externos.

Há um tópico que continua a merecer destaque especial, e que por aqui permanecerá durante os próximos anos, acompanhando-nos na execução do PRR, do P2030 e do HEu. É a dificuldade em recrutar pessoas, em conseguir fazer chegar a nossa mensagem a técnicos e investigadores que se juntem ao nosso percurso. É um tema transversal nacional e europeu, mesmo mundial, e requer cada vez mais o uso de diversas técnicas de atração e retenção, o recurso ao engenho. A dificuldade está cá e a forma como a formos enfrentando e resolvendo determinará muito do nosso comportamento face aos desafios (e riscos) de execução de projetos nos próximos 3-4 anos. É que só com equipas fortes, coesas e preparadas podemos executar a avalanche de atividade que nos espera (e ainda bem) nos anos que aí vêm. E as equipas precisam de pessoas com diversos perfis e níveis de formação, com vontade de abraçar e resolver os desafios que se nos colocam, na atividade, na organização, nas relações institucionais. Estejamos conscientes que essas pessoas são finitas em número, que a competição por elas é agressiva, por vezes feroz e a espaços sem tréguas (Portugal é “exportador de pessoas qualificadas”!), pelo que devemos ter sempre e cada vez mais presente aquilo que nos caracteriza desde sempre nesta componente: procurar que todas

as nossas pessoas estejam em harmoniosa simbiose com a organização, gostando de estar connosco e de aqui crescer, contribuindo para o sucesso individual e coletivo, numa caminhada que mesmo que seja interrompida é importante manter e acarinhar, porque o percurso interrompido hoje pode ser transformado numa nova parceria daqui a uns tempos.

A todos os que contribuíram para que o INOV mantivesse o seu rumo em 2022 manifestamos o nosso apreço e reconhecimento: Associados, Clientes, Parceiros, Conselho Fiscal, Auditores Externos, destacando o contributo distintivo dos nossos inestimáveis Colaboradores, os verdadeiros responsáveis por nos conseguirmos manter na linha da frente da inovação.



Fernando Moreira

Presidente do Conselho de
Administração



VISÃO INSTITUCIONAL

INOV

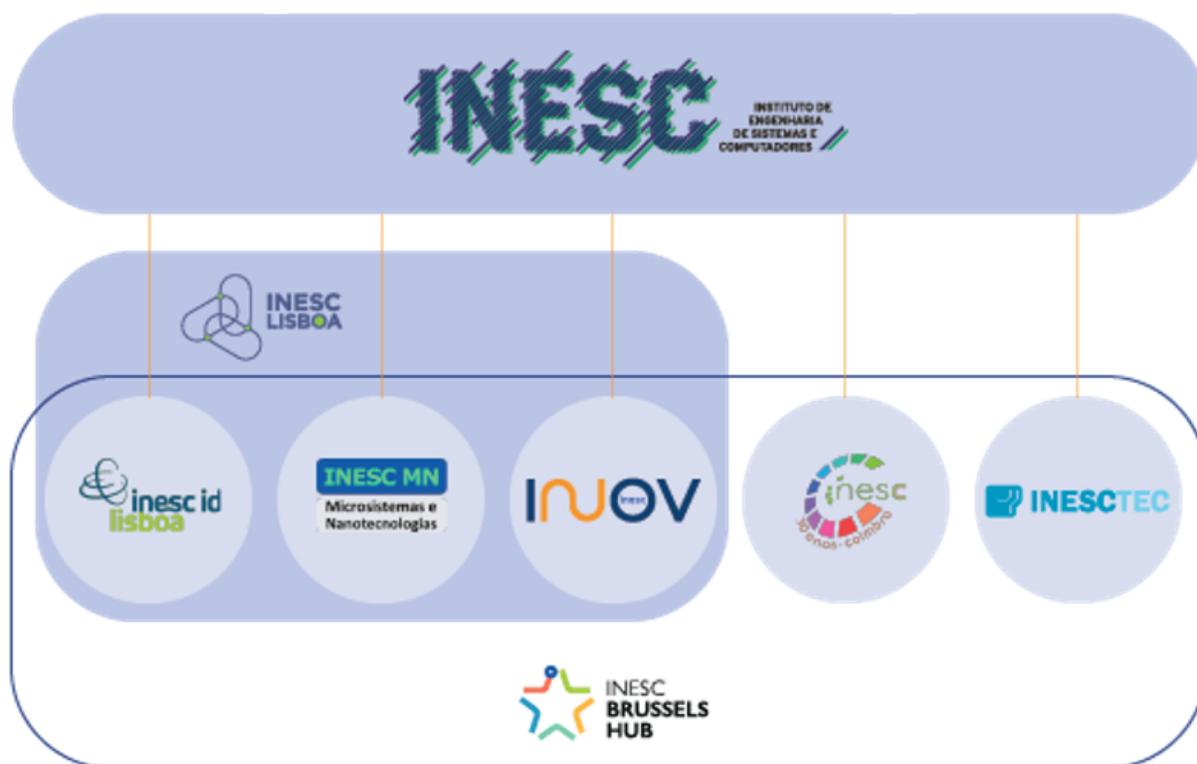
O INOV – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Inovação é um instituto de I&D, associação privada sem fins lucrativos, tendo iniciado a sua atividade em 2001 enquanto infraestrutura tecnológica.

Pela sua capacidade tecnológica e de inovação, assume particular relevo para o INOV a consolidação do seu posicionamento como uma estrutura de interface entre as instituições de saber e as unidades económicas e sociais, balizando a sua atividade nas áreas estratégicas correspondentes às competências chave da organização:

| | | |
|---|---|---|
| CIBERSEGURANÇA |  | REDES DE COMUNICAÇÕES |
|  | SISTEMAS EMPRESARIAIS |  |
| MONITORIZAÇÃO REMOTA |  | SISTEMAS INTELIGENTES |
|  | SISTEMAS CIBERFÍSICOS |  |

O INOV faz parte do grupo INESC, grupo que foi fundado em 1980 e tem-se afirmado como um modelo de referência da relação Universidade-Empresa. Dentro do grupo INESC foi criado o INESC Brussels HUB que tem como objetivo afirmar o INESC como uma organização europeia de referência tanto pela sua excelência em investigação e inovação como pela sua capacidade de contribuir para a sociedade, a política e a economia.

O INOV faz ainda parte do INESC Lisboa, que nasce de uma iniciativa conjunta lançada em 2020 entre INESC-ID, INESC MN e INOV, três instituições privadas de investigação sem fins lucrativos nas áreas de informática, eletrónica e engenharia informática e engenharia física, com sede em Lisboa. A sua missão é facilitar sinergias de promoção da Investigação e inovação entre os institutos.





Visão

Liderar a inovação em TICE.



Valores

Confiança: Mantemos relações baseadas em confiança, numa perspectiva de longo-prazo, com colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros.

Agilidade: Somos uma organização flexível, capaz de se adaptar forma dinâmica às relações entre a ciência, a tecnologia e o mercado.

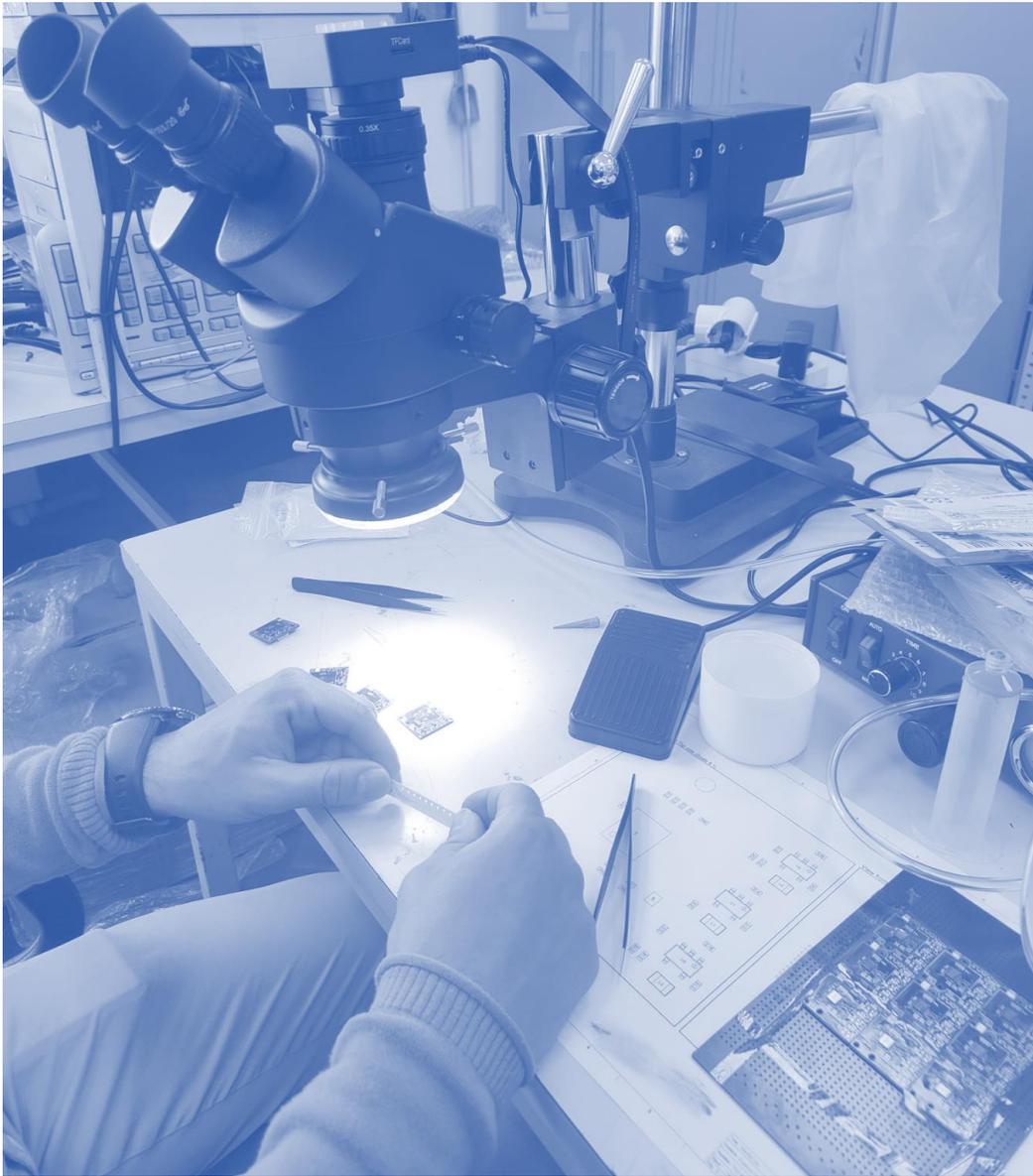
Excelência: Orientamos a nossa capacidade de execução pela procura constante da excelência nos nossos projetos e nos resultados obtidos.

Cooperação: Estabelecemos relações de parceria orientadas para o desenvolvimento dos processos de inovação.



Missão

Transformar conhecimento em tecnologia com valor na cadeia de inovação.

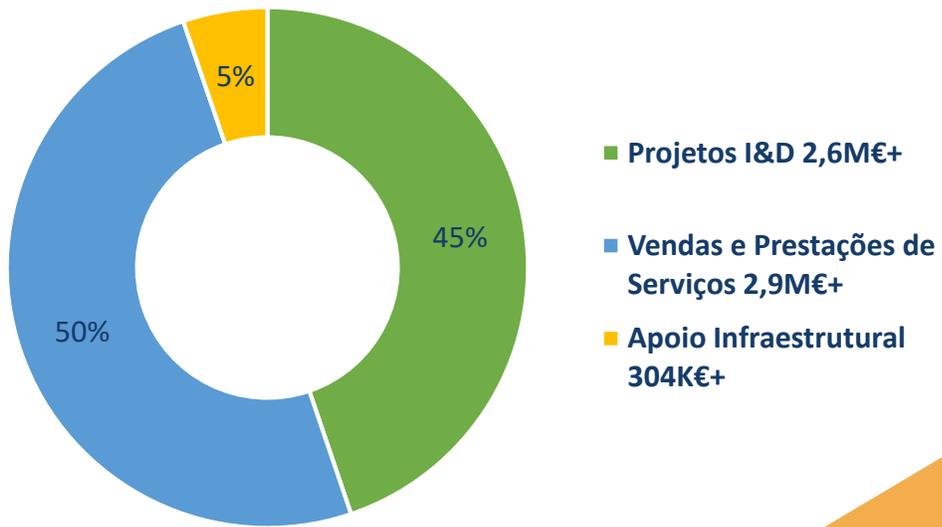


INOV EM 2022

Indicadores

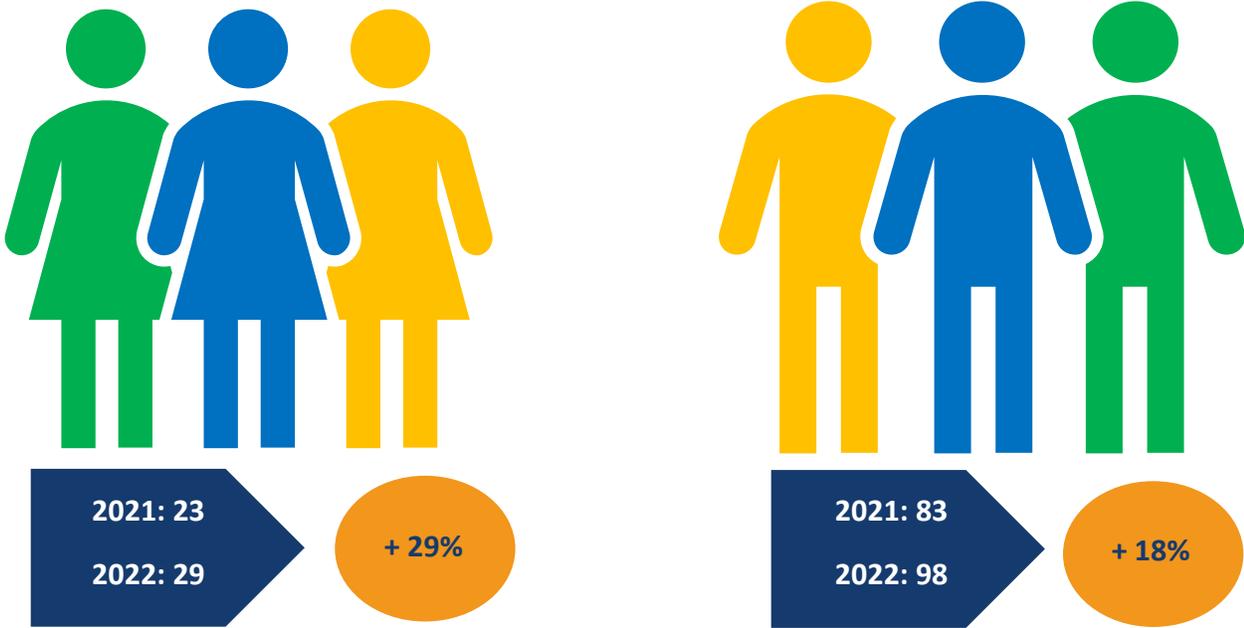


Receitas



Recursos Humanos

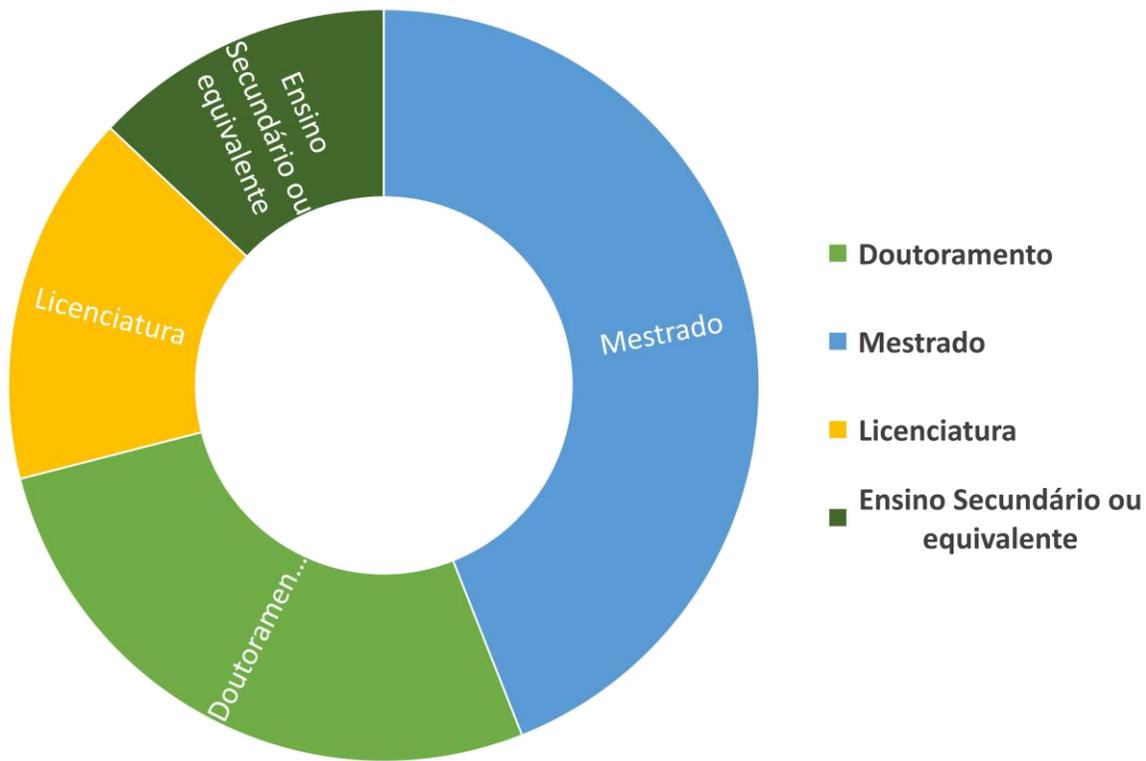
Ao longo de 2022 o INOV teve um crescimento significativo no número de colaboradores:



A 31 de Dezembro de 2022 verificou-se um crescimento positivo na organização, não só no número de colaboradores, como também no aumento de **55%** no número de bolseiros e de **12%** no número de Investigadores.



Ao longo de 2022, o INOV procurou promover o crescimento dos seus colaboradores através da aquisição de conhecimento, incluindo o incentivo a adquirir novos graus académicos, como o doutoramento e o mestrado. Tendo 87% da população do INOV um grau académico de ensino superior.



O INOV, tendo sempre em perspetiva a evolução profissional e académica dos seus colaboradores, para além do investimento em formação profissional, com *push* institucional e levantamento de necessidades, tem instituído um conjunto de instrumentos de valorização, que incluem o cofinanciamento de propinas de mestrado e de doutoramento.





ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Desempenho Económico e Financeiro

Resultados

O INOV registou em 2022 um desempenho positivo, com melhoria dos principais indicadores económicos de atividade.

O volume total de Rendimentos operacionais atingiu 5 649 mil euros, o que representa um aumento de 8% em relação ao ano anterior.

O Resultado Operacional antes de Depreciações, Juros e Impostos e o Resultado Líquido do Exercício totalizaram, respetivamente, 360 mil euros (mais 54% que em 2021) e 193 mil euros (mais 104% que em 2021):

Valores em milhares de Euros

| Resultados | 2022 | 2021 | Δ % |
|--|------------|------------|-------------|
| Rendimentos Operacionais | 5 649 | 5 252 | 8% |
| Gastos antes de Depreciações, Juros e Impostos | 5 289 | 5 018 | 5% |
| Resultados antes Depreciações, Juros e Impostos | 360 | 234 | 54% |
| Depreciações e Amortizações, Juros e Impostos | 167 | 140 | 19% |
| Resultado Líquido do Exercício | 193 | 95 | 104% |

Nos Rendimentos Operacionais, verificou-se um crescimento em todos os segmentos de atividade face ao ano anterior, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Valores em milhares de Euros

| Rendimentos Operacionais | 2022 | 2021 | Δ % |
|--|--------------|--------------|-----------|
| Serviços prestados | 2 951 | 2 792 | 6% |
| Projetos I&D co-financiados | 2 651 | 2 419 | 10% |
| - <i>Projetos Nacionais</i> | 856 | 697 | 23% |
| - <i>Projetos Europeus</i> | 1 795 | 1 722 | 4% |
| Total Serviços Prestados + Projetos I&D | 5 602 | 5 211 | 8% |
| Outros rendimentos | 47 | 41 | 15% |
| Rendimentos Totais | 5 649 | 5 255 | 8% |

As Prestações de Serviços quase atingiram os 3 milhões de euros, refletindo um acréscimo de 6% em relação a 2021, sobretudo devido à continuação dos projetos de implementação das soluções de vigilância de florestas no território nacional. O peso das Prestações de Serviços nos Rendimentos Totais, reduziu-se ligeiramente, de 53% em 2021, para 52% em 2022.

Na componente de Projetos de I&D cofinanciados, o volume de rendimentos situou-se em 2,7 milhões de euros, tendo aumentado 10% face a 2021 (mais 232 mil euros), com as seguintes origens:

- Um aumento nos rendimentos provenientes de Projetos I&D Nacionais de 23% (mais 159 mil euros) face ao exercício anterior. Este valor integra, além dos projetos no âmbito do P2020, o apoio infraestrutural, com um valor registado no exercício de 55 mil euros, a que acrescem 249 mil euros a título de subsídios ao investimento registados no Balanço;
- Um aumento de 4% (mais 73 mil euros) em Projetos I&D Europeus. Apesar do aumento mais expressivo verificado nos Projetos Nacionais, a maior parte dos rendimentos nesta área continua a ter origem em Projetos Europeus, fruto dos bons resultados que o INOV alcançou nas candidaturas aos programas do H2020 em anos anteriores.

Os Gastos Totais ascenderam a 5 456 mil euros, sendo a seguinte a sua desagregação pelas principais rúbricas:

Valores em milhares de Euros

| Gastos | 2022 | 2021 | Δ % |
|---|--------------|--------------|------------|
| Gastos com o pessoal | 3 372 | 2 773 | 22% |
| Fornecimentos e serviços externos e Outros gastos | 1 871 | 2 003 | -7% |
| Perdas em dívidas a receber/Provisões | 46 | 241 | -81% |
| Gastos Operacionais (excl. Amortizações, Juros e Impostos) | 5 289 | 5 018 | 5% |
| Gastos de depreciação e amortização | 91 | 93 | -2% |
| Gastos de financiamento (Juros) | 3 | 3 | -7% |
| Impostos | 73 | 43 | 68% |
| Gastos Totais | 5 456 | 5 158 | 6% |

Os Gastos Operacionais aumentaram 5%, globalmente em linha com o crescimento da atividade verificado no exercício.

A principal componente é constituída pelos Gastos com Pessoal (3,3 milhões euros), cuja evolução (mais 22% face ao período homólogo), reflete o investimento que tem vindo a ser realizado de forma continuada no reforço e na retenção da estrutura de recursos humanos qualificados da instituição.

No que respeita aos Fornecimentos e Serviços Externos verificou-se uma redução de 7%, motivada sobretudo por uma menor concentração neste ano das aquisições para a instalação das soluções de vigilância de florestas em curso.

Balanço

A estrutura do Balanço em 31 dezembro 2022, reflete uma situação financeira equilibrada:

Valores em milhares de Euros

| BALANÇO | 2022 | 2021 | Δ % |
|------------------------------------|--------------|--------------|------------|
| Ativo | | | |
| Ativos fixos | 451 | 213 | 112% |
| Dívidas correntes a receber | 3 543 | 2 616 | 35% |
| Outros ativos correntes | 16 | 3 | 437% |
| Disponibilidades | 4 849 | 3 712 | 31% |
| Total do Ativo | 8 860 | 6 543 | 35% |
| Passivo | | | |
| Dívidas correntes a pagar | 3 390 | 2 179 | 56% |
| Dívidas por financiamentos obtidos | 0 | 0 | - |
| Diferimentos | 4 199 | 3 454 | 22% |
| Outros passivos não correntes | 87 | 45 | 95% |
| Total do Passivo | 7 676 | 5 677 | 35% |
| Fundos Patrimoniais | 1 184 | 866 | 37% |
| Autonomia Financeira | 13% | 13% | 0% |

O Ativo Total regista um acréscimo de 2,3 milhões euros em 2022 face a 2021, decorrente sobretudo dos aumentos nas rubricas de Disponibilidades (mais 1 137 mil euros) e nas Dívidas a Receber (mais 927 mil euros).

O valor elevado das Disponibilidades está em parte relacionado com as verbas de adiantamento recebidas no âmbito da execução de projetos, com contrapartidas no Passivo na rubrica de Diferimentos.

As Dívidas Correntes a Receber integram os saldos de clientes, e das entidades financiadoras relativamente à execução dos projetos cofinanciados de, respetivamente, 1 267 mil euros e de 2 276 mil euros, estando diretamente relacionadas com o ciclo normal das operações e com o aumento de atividade. A situação de tesouraria manteve-se positiva, sem qualquer passivo bancário, permitindo à instituição a estabilidade e capacidade financeira necessárias para fazer face às necessidades de financiamento dos diversos projetos.

O investimento atingiu 326 mil euros em termos de valores brutos, sobretudo na aquisição de equipamento para o laboratório de eletrónica, com reflexo no aumento do valor do Ativo Fixo em relação a 2021 (+112%).

O valor dos Fundos Patrimoniais cresceu em cerca de 37%, em consequência sobretudo do impacto do valor do Resultado Líquido alcançado no exercício e da contabilização de subsídios ao investimento.

Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo em conta o saldo de prejuízos acumulados de anos anteriores, propõe-se que o Resultado líquido positivo do exercício, no montante de 193 124 euros (cento e noventa e três mil cento e vinte e quatro euros) seja integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.



O conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento a todas as entidades, organizações e pessoas que nos acompanharam e connosco cooperaram.

Lisboa, 04 de abril de 2023.

Fernando Moreira

António Leal

José Pimentel

Nelson Escravana

Elisabete Carreira

Paula Dias

Luís Miguel Silveira





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Mapas das Demonstrações Financeiras

INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

| ATIVO | Notas | 2022 | 2021 |
|---|-------|-------------|-------------|
| ATIVO NÃO CORRENTE: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 6 | 436 601 | 201 825 |
| Participações financeiras | 7 | - | - |
| Outros ativos financeiros | 7 | 14 809 | 10 758 |
| Total do ativo não corrente | | 451 410 | 212 583 |
| ATIVO CORRENTE: | | | |
| Clientes | 9 | 1 267 135 | 1 281 408 |
| Outros créditos a receber | 9 | 2 276 356 | 1 334 711 |
| Diferimentos | 10 | 16 237 | 3 022 |
| Caixa e depósitos bancários | 4 | 4 848 903 | 3 711 501 |
| Total do ativo corrente | | 8 408 631 | 6 330 642 |
| Total do ativo | | 8 860 041 | 6 543 225 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| FUNDOS PATRIMONIAIS | | | |
| Fundos | 11 | 1 000 000 | 1 000 000 |
| Outros instrumentos dos fundos patrimoniais | 12 | 781 108 | 828 108 |
| Reserva legal | 13 | 3 081 | 3 081 |
| Resultados transitados | | (1 076 885) | (1 171 404) |
| Outras variações nos fundos patrimoniais | 14 | 283 924 | 112 097 |
| | | 991 228 | 771 882 |
| Resultado líquido do exercício | | 193 124 | 94 519 |
| Total dos fundos patrimoniais | | 1 184 352 | 866 401 |
| PASSIVO: | | | |
| PASSIVO NÃO CORRENTE: | | | |
| Provisões | 16 | 11 196 | 11 971 |
| Passivos por impostos diferidos | 8 | 75 478 | 32 545 |
| Total do passivo não corrente | | 86 674 | 44 516 |
| PASSIVO CORRENTE: | | | |
| Fornecedores | 17 | 273 583 | 195 134 |
| Estado e outros entes públicos | 18 | 264 253 | 225 590 |
| Outras dívidas a pagar | 17 | 2 852 295 | 1 757 919 |
| Diferimentos | 10 | 4 198 884 | 3 453 665 |
| Total do passivo corrente | | 7 589 015 | 5 632 308 |
| Total do passivo | | 7 675 689 | 5 676 824 |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | | 8 860 041 | 6 543 225 |

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2022.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

| <u>RENDIMENTOS E GASTOS</u> | <u>Notas</u> | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|--------------|-------------|-------------|
| Vendas e serviços prestados | 21 | 2 951 468 | 2 792 283 |
| Subsídios à exploração | 22 | 2 650 951 | 2 419 045 |
| Fornecimentos e serviços externos | 23 | (1 837 338) | (1 976 977) |
| Gastos com o pessoal | 24 | (3 372 114) | (2 773 368) |
| Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões) | 9 | (47 256) | (242 321) |
| Provisões ((aumentos) / reduções) | 16 | 775 | 1 285 |
| Outros rendimentos | 25 | 46 988 | 40 796 |
| Outros gastos | 26 | (33 548) | (26 413) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 359 926 | 234 330 |
| Gastos de depreciação e de amortização | 29 | (91 239) | (93 486) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 268 687 | 140 844 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | 289 | 33 |
| Juros e gastos similares suportados | 27 | (3 068) | (3 031) |
| Resultado antes de impostos | | 265 908 | 137 846 |
| Impostos sobre o rendimento do exercício | 8 | (72 784) | (43 327) |
| Resultado líquido do exercício | | 193 124 | 94 519 |
| Resultado por unidade de participação | 30 | 0,97 | 0,47 |

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

| Notas | Fundos | Outros instrumentos dos fundos patrimoniais | Reserva legal | Resultados transitados | Outras variações nos fundos patrimoniais | Resultado líquido do exercício | Total do capital próprio |
|---|-----------|---|---------------|------------------------|--|--------------------------------|--------------------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2021 | 1 000 000 | 828 108 | 3 081 | (1 233 639) | 103 971 | 62 235 | 763 756 |
| Operações com detentores de fundos no exercício: | | | | | | | |
| Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 | - | - | - | 62 235 | - | (62 235) | - |
| Alterações no exercício: | | | | | | | |
| Subsídios ao investimento | - | - | - | - | 10 486 | - | 10 486 |
| Impostos diferidos | - | - | - | - | (2 360) | - | (2 360) |
| Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 | - | - | - | - | - | 94 519 | 94 519 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 1 000 000 | 828 108 | 3 081 | (1 171 404) | 112 097 | 94 519 | 866 401 |
| Operações com detentores de fundos no exercício: | | | | | | | |
| Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 | - | - | - | 94 519 | - | (94 519) | - |
| Restituição de prestações acessórias | - | (47 000) | - | - | - | - | (47 000) |
| Alterações no exercício: | | | | | | | |
| Subsídios ao investimento | - | - | - | - | 214 760 | - | 214 760 |
| Impostos diferidos | - | - | - | - | (42 933) | - | (42 933) |
| Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 | - | - | - | - | - | 193 124 | 193 124 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 1 000 000 | 781 108 | 3 081 | (1 076 885) | 283 924 | 193 124 | 1 184 352 |

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações nos fundos patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

| | Notas | 2022 | 2021 |
|--|-------|------------------|-----------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS: | | | |
| Recebimentos de clientes | | 2 978 485 | 2 120 219 |
| Recebimentos de subsídios à exploração | | 3 064 647 | 2 816 727 |
| Pagamentos a fornecedores | | (1 704 106) | (2 147 988) |
| Pagamentos ao pessoal | | (2 957 150) | (2 475 005) |
| Fluxos gerados pelas operações | | 1 381 876 | 313 953 |
| Pagamento de imposto sobre o rendimento | | (43 328) | (35 266) |
| Outros (pagamentos) / recebimentos | | (74 725) | 97 791 |
| Fluxos das atividades operacionais [1] | | <u>1 263 823</u> | <u>376 478</u> |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | (326 015) | (59 128) |
| | | <u>(326 015)</u> | <u>(59 128)</u> |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Juros e rendimentos similares | | 289 | 33 |
| Subsídios investimento | 14 | 249 373 | 43 297 |
| | | <u>249 662</u> | <u>43 330</u> |
| Fluxos das atividades de investimento [2] | | <u>(76 353)</u> | <u>(15 798)</u> |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Prestações acessórias | 12 | (47 000) | - |
| Juros e gastos similares | | (3 068) | (3 032) |
| | | <u>(50 068)</u> | <u>(3 032)</u> |
| Fluxos das atividades de financiamento [3] | | <u>(50 068)</u> | <u>(3 032)</u> |
| Varição de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3] | | 1 137 402 | 357 648 |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | 4 | 3 711 501 | 3 353 853 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 4 | 4 848 903 | 3 711 501 |

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anexos às demonstrações financeiras

INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O INOV – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Inovação ("Instituto" ou "INOV") é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, constituída em 28 de julho de 2000 e que tem como atividade principal a prestação de serviços no campo da inovação e desenvolvimento tecnológico orientada a entidades de natureza empresarial e organismos públicos.

O Instituto é detido em 95% pelo INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC") e em 5% pelo INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas de Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa ("INESC ID"). Consequentemente, as operações do Instituto são influenciadas conjuntamente por estes dois associados.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Instituto opera.

É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Instituto, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março de 2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo ("ESNL"), e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF - ESNL".

Estas alterações entraram em vigor em 1 de janeiro de 2016, sendo de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após aquela data.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidas de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Instituto operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Instituto dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as mesmas no curto prazo, pelo que considerou adequado

o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras em empresas participadas são registadas ao custo de aquisição e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. Os rendimentos resultantes das participações financeiras (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Vidas úteis e depreciação:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

| | <u>Anos</u> |
|-------------------------------|-------------|
| Equipamento básico | 1 a 7 |
| Equipamento de transporte | 4 |
| Equipamento administrativo | 5 a 8 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 10 |

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis do Instituto possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.6. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.7. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Instituto irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Caso ocorram fatos subsequentes que demonstrem existir um risco de não cobrança destes valores, são registadas imparidades para cobrir esse risco.

Subsídios ao investimento:

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados nos fundos patrimoniais, como outras variações nos fundos patrimoniais e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Subsídios à exploração:

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo que têm por finalidade compensar gastos já incorridos ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais ou no âmbito de projetos europeus são registados na rubrica “Subsídios à exploração”, na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento, registando-se no passivo (“Diferimentos”) os adiantamentos e no ativo (“Outros créditos a receber”) os montantes a receber.

3.8. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente nos fundos patrimoniais. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados nos fundos patrimoniais.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) o Instituto tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) o Instituto tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes:

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes:

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.10. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de descontos e outros abatimentos e é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Instituto não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto; e
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente dos serviços prestados é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Nos casos em que existe uma incerteza fundamental na cobrança de saldos de clientes e ou outros devedores, a correspondente receita originada pelas vendas e pelos serviços prestados pelo Instituto é integralmente diferida.

O rédito dos contratos de prestações de serviços de carácter plurianual é apurado de acordo com o estado de execução dos projetos e na parte correspondente aos gastos efetivamente incorridos, registando-se no ativo os valores a faturar com base em estimativas desses gastos, ou no passivo os serviços por prestar.

3.11. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Instituto se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes e outros créditos a receber;
- Fornecedores e outras dívidas a pagar; e
- Financiamentos obtidos.

Caixa e equivalentes de caixa:

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

O Instituto desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados

à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Instituto reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Instituto desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.12. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Reconhecimento de subsídios à exploração:

O Instituto regista os subsídios à exploração de acordo com a fase de acabamento dos projetos que lhes estão associados.

- Registo de provisões:

O Instituto analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Perdas por imparidade em contas a receber e ativos não correntes:

O risco de não cobrança dos saldos de contas a receber, em particular de valores a receber relativos a subsídios à exploração é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica da entidade financiadora, natureza do projeto envolvido e enquadramento macroeconómico. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis:

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Instituto espera que um ativo esteja disponível para uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

3.14. Classificações de balanço

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos cuja exigibilidade o Instituto não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço, ou que são expetáveis que se realizem no decurso normal das operações.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Caixa e depósitos bancários” do balanço era como segue:

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Depósitos à ordem imediatamente mobilizáveis | 2.748.903 | 811.501 |
| Depósitos a prazo | <u>2.100.000</u> | <u>2.900.000</u> |
| Caixa e depósitos bancários | <u><u>4.848.903</u></u> | <u><u>3.711.501</u></u> |

Os depósitos a prazo, apesar de vencimento superior a três meses a contar da data de balanço, podem ser mobilizados em qualquer momento sem perda de valor para o Instituto e, são remunerados a taxas normais de mercado para operações similares.

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

| | <u>2022</u> | | | | | |
|-------------------------------------|---------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|------------------------|-------------------------|
| | <u>Equipamento básico</u> | <u>Equipamento transporte</u> | <u>Equipamento administrativo</u> | <u>Outros ativos fixos tangíveis</u> | <u>Ativos em curso</u> | <u>Total</u> |
| <u>Ativo bruto:</u> | | | | | | |
| Saldo inicial | 1.297.834 | 203.499 | 100.619 | 722.886 | - | 2.324.838 |
| Aquisições | <u>91.899</u> | <u>94.351</u> | <u>784</u> | <u>-</u> | <u>138.980</u> | <u>326.014</u> |
| Saldo final | <u><u>1.389.733</u></u> | <u><u>297.850</u></u> | <u><u>101.403</u></u> | <u><u>722.886</u></u> | <u><u>138.980</u></u> | <u><u>2.650.852</u></u> |
| <u>Depreciações acumuladas:</u> | | | | | | |
| Saldo inicial | 1.130.113 | 171.003 | 99.011 | 722.886 | - | 2.123.013 |
| Depreciações do exercício (Nota 29) | <u>60.000</u> | <u>29.428</u> | <u>1.811</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>91.239</u> |
| Saldo final | <u><u>1.190.113</u></u> | <u><u>200.431</u></u> | <u><u>100.822</u></u> | <u><u>722.886</u></u> | <u><u>-</u></u> | <u><u>2.214.252</u></u> |
| <u>Ativo líquido</u> | <u><u>199.620</u></u> | <u><u>97.419</u></u> | <u><u>581</u></u> | <u><u>-</u></u> | <u><u>138.980</u></u> | <u><u>436.601</u></u> |

| | 2021 | | | | | Total |
|-------------------------------------|--------------------|------------------------|----------------------------|-------------------------------|-----------------|----------------|
| | Equipamento básico | Equipamento transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos em curso | |
| Ativo bruto: | | | | | | |
| Saldo inicial | 1.238.705 | 203.499 | 100.619 | 722.886 | - | 2.265.710 |
| Aquisições | 59.128 | - | - | - | - | 59.128 |
| Saldo final | 1.297.834 | 203.499 | 100.619 | 722.886 | - | 2.324.838 |
| Depreciações acumuladas: | | | | | | |
| Saldo inicial | 1.065.089 | 143.474 | 98.078 | 722.886 | - | 2.029.527 |
| Depreciações do exercício (Nota 29) | 65.024 | 27.529 | 933 | - | - | 93.486 |
| Saldo final | 1.130.113 | 171.003 | 99.011 | 722.886 | - | 2.123.013 |
| Ativo líquido | 167.721 | 32.496 | 1.608 | - | - | 201.825 |

O aumento verificado na rubrica de “Equipamento básico” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, corresponde, essencialmente, à aquisição de equipamento informático e eletrónico, no âmbito dos diversos projetos que o Instituto atualmente executa.

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Instituto detinha a seguinte participação financeira:

| Rubricas | Percentagem de participação | Valor da participação | Perdas por imparidade | Valor da participação em balanço |
|--|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------------------|
| Petsys, Medical PET Imaging Systems, S.A. ("Petsys") | 6,08% | 25.230 | (25.230) | - |
| | | 25.230 | (25.230) | - |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição. O valor do investimento financeiro detido sobre a Petsys encontra-se reduzido por perdas por imparidade dado que o seu valor estimado de realização é inferior ao custo de aquisição.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não ocorreram movimentos nas rubricas de “Participações financeiras”.

Outros ativos financeiros

Fundo de Compensação de Trabalho

Foi publicada no Diário da República a Lei nº70/2013, de 30 de agosto, que veio estabelecer os regimes jurídicos do Fundo de Compensação de Trabalho (“FCT”), do Mecanismo Equivalente (“ME”) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (“FGCT”).

Estes regimes são aplicáveis aos contratos celebrados a partir de 1 de outubro de 2013.

O FCT e o FGCT, são fundos de adesão individual e obrigatória pelo empregador, podendo este, no entanto aderir ao ME, em alternativa ao FCT, nos termos estabelecidos pela lei, optando o Instituto pelo FCT e pelo FGCT.

O Instituto tem de inscrever obrigatoriamente o novo trabalhador contratado nos dois mecanismos, criados para assegurar o pagamento de metade da compensação ao trabalhador em caso de cessão do contrato de trabalho.

Ao FCT (conta poupança das empresas) o Instituto paga 0,925% e ao FGCT ou ME 0,075%, da retribuição do trabalhador. As entregas são mensais, nos prazos previstos para o pagamento de contribuições à Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresentava um saldo de 14.809 Euros e de 10.758 Euros, respetivamente, referentes a estes fundos.

8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Instituto encontra-se sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC. A Empresa, como associação sem fins lucrativos e que não exerce a título principal uma atividade comercial, não está sujeito a Derrama, daí a taxa de imposto calculada ser de 21%.

Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

A dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada, ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Instituto encontra-se sujeito adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Período de revisão:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Instituto dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração do Instituto entende que as eventuais correções, resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

O imposto corrente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi apurado como segue:

| | 2022 | 2021 |
|---|---------------|---------------|
| Resultado antes de impostos | 265.908 | 137.846 |
| Taxa nominal de imposto | 21% | 21% |
| Imposto esperado | 55.841 | 28.948 |
| Ajustamentos à coleta (i) | 16.943 | 14.379 |
| Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 18) | <u>72.784</u> | <u>43.327</u> |

- (i) Este montante corresponde à parcela de IRC que resulta da tributação autónoma das despesas de representação, ajudas de custo e das despesas com viaturas.

Impostos diferidos:

Os passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respeitam às diferenças temporárias geradas com o registo dos subsídios ao investimento que, de acordo com a NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo, são registados em fundos patrimoniais (Nota 14).

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 de 2021, foi o seguinte:

| | <u>Subsídios ao investimento</u> |
|---------------------------------|----------------------------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2021 | 30.185 |
| Constituição (Nota 14) | <u>2.360</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 32.545 |
| Constituição (Nota 14) | <u>42.933</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | <u><u>75.478</u></u> |

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as contas a receber do Instituto tinham a seguinte composição:

| | <u>2022</u> | | |
|--|-------------------------|-----------------------------|-------------------------|
| | <u>Valor bruto</u> | <u>Imparidade acumulada</u> | <u>Valor líquido</u> |
| <u>Clientes:</u> | | | |
| Clientes gerais | 1.481.271 | (462.455) | 1.018.816 |
| Clientes - partes relacionadas (Nota 28) | <u>248.319</u> | <u>-</u> | <u>248.319</u> |
| | <u>1.729.590</u> | <u>(462.455)</u> | <u>1.267.135</u> |
| <u>Outros créditos a receber:</u> | | | |
| Subsídios à exploração | 2.918.513 | (713.000) | 2.205.513 |
| Outros | <u>70.843</u> | <u>-</u> | <u>70.843</u> |
| | <u>2.989.356</u> | <u>(713.000)</u> | <u>2.276.356</u> |
| | <u><u>4.718.946</u></u> | <u><u>(1.175.455)</u></u> | <u><u>3.543.491</u></u> |
| | | | |
| | <u>2021</u> | | |
| | <u>Valor bruto</u> | <u>Imparidade acumulada</u> | <u>Valor líquido</u> |
| <u>Clientes:</u> | | | |
| Clientes gerais | 1.878.632 | (730.373) | 1.148.259 |
| Clientes - partes relacionadas (Nota 28) | <u>133.149</u> | <u>-</u> | <u>133.149</u> |
| | <u>2.011.781</u> | <u>(730.373)</u> | <u>1.281.408</u> |
| <u>Outros créditos a receber:</u> | | | |
| Subsídios à exploração | 1.979.758 | (653.000) | 1.326.758 |
| Adiantamentos a fornecedores | 42 | - | 42 |
| Outros | <u>7.911</u> | <u>-</u> | <u>7.911</u> |
| | <u>1.987.711</u> | <u>(653.000)</u> | <u>1.334.711</u> |
| | <u><u>3.999.492</u></u> | <u><u>(1.383.373)</u></u> | <u><u>2.616.119</u></u> |

Os subsídios à exploração em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respeitam aos montantes a receber referentes aos subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e europeus reconhecidos na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento. As perdas por imparidade registadas correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Instituto para parcelas que não serão recebidas.

O movimento das perdas por imparidade acumuladas para contas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi como segue:

| Descrição | 2022 | | | | Saldo final |
|-------------------------|------------------|---------------|-----------------|------------------|------------------|
| | Saldo inicial | Reforços | Reversões | Utilizações | |
| Cientes | 730.373 | - | (12.744) | (255.174) | 462.455 |
| Outras contas a receber | 653.000 | 60.000 | - | - | 713.000 |
| | <u>1.383.373</u> | <u>60.000</u> | <u>(12.744)</u> | <u>(255.174)</u> | <u>1.175.455</u> |

| Descrição | 2021 | | |
|-------------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Saldo inicial | Reforços | Saldo final |
| Cientes | 568.052 | 162.321 | 730.373 |
| Outras contas a receber | 573.000 | 80.000 | 653.000 |
| | <u>1.141.052</u> | <u>242.321</u> | <u>1.383.373</u> |

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de “Diferimentos” tinham a seguinte composição:

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| Ativo: | | |
| Diversos | <u>16.237</u> | <u>3.022</u> |
| Passivo: | | |
| Subsídios à exploração (Nota 3.7) | 3.111.005 | 2.693.443 |
| Prestação de serviços (a) | <u>1.087.879</u> | <u>760.222</u> |
| | <u>4.198.884</u> | <u>3.453.665</u> |

(a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica inclui faturação efetuada a clientes, no âmbito do projeto CICLOPE, cujos trabalhos ainda não estavam totalmente terminados à data de fim do exercício.

11. FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os fundos do Instituto encontram-se totalmente subscritos e realizados, sendo compostos por 200.000 unidades de participação com o valor nominal de 5 Euros cada.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os fundos eram detidos pelas seguintes entidades:

| | % | Montante |
|----------|-------------|------------------|
| INESC | 95% | 950.000 |
| INESC ID | 5% | 50.000 |
| | <u>100%</u> | <u>1.000.000</u> |

12. OUTROS INSTRUMENTOS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros instrumentos dos fundos patrimoniais respeitam a prestações acessórias concedidas pelo INESC, em dinheiro. O Instituto tem por referência o estipulado na legislação comercial, equiparando as mesmas ao regime de reembolso das prestações suplementares dado que não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral a restituição de prestações acessórias no montante de 47.000 Euros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram movimentos na rubrica “Outros instrumentos dos fundos patrimoniais”.

13. RESERVA LEGAL

O Instituto segue o estipulado na legislação comercial que estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do fundo. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Instituto, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada nos fundos.

14. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” apresentou o seguinte movimento:

| | Outras variações nos fundos patrimoniais |
|---------------------------------------|--|
| Saldo em 1 de janeiro de 2021 | 103.971 |
| Reconhecimento do exercício (Nota 25) | (32.811) |
| Subsídios obtidos | 43.297 |
| Imposto diferido (Nota 8) | (2.360) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 112.097 |
| Reconhecimento do exercício (Nota 25) | (34.613) |
| Subsídios obtidos | 249.373 |
| Imposto diferido (Nota 8) | (42.933) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | <u>283.924</u> |

Estes montantes respeitam aos subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis e são reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

15. APLICAÇÃO DO RESULTADO

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 20 de abril de 2022, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 94.519 Euros, foi integralmente transferido para Resultados transitados.

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 15 de junho de 2021, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de 62.235 Euros, foi integralmente transferido para Resultados transitados.

16. PROVISÕES

A provisão constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 diz respeito a encargos estimados com compensações por caducidade a vários colaboradores do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o movimento das provisões foi conforme segue:

| | <u>Provisões</u> |
|---------------------------------|----------------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2021 | 13.256 |
| Reforço | <u>(1.285)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 11.971 |
| Reforço | <u>(775)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | <u><u>11.196</u></u> |

17. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” tinham a seguinte composição:

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Fornecedores, conta corrente: | | |
| Gerais | 162.450 | 95.736 |
| Partes relacionadas (Nota 28) | 27.685 | 86.242 |
| Fornecedores de investimento | <u>83.448</u> | <u>13.156</u> |
| | <u>273.583</u> | <u>195.134</u> |
| Outras dívidas a pagar: | | |
| Credores por acréscimo de gastos: | | |
| Remunerações a liquidar | 1.082.746 | 673.252 |
| Outros acréscimos | <u>338.509</u> | <u>288.278</u> |
| | 1.421.255 | 961.530 |
| Parceiros | 1.407.037 | 786.371 |
| Outras dívidas a pagar | <u>24.003</u> | <u>10.018</u> |
| | <u>2.852.295</u> | <u>1.757.919</u> |
| | <u><u>3.125.878</u></u> | <u><u>1.953.053</u></u> |

As remunerações a liquidar em 31 de dezembro de 2022 e 2021, incluem, essencialmente, as estimativas de gastos com férias, subsídios de férias e prémios a liquidar.

Os outros acréscimos de gastos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 respeitam à estimativa de gastos com prestações de serviços efetuados por terceiros no âmbito das atividades do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros acréscimos de gastos incluem os montantes de 85.486 Euros e 46.640 Euros, respetivamente relativo a acréscimos de gastos com partes relacionadas (Nota 28).

O montante de outras dívidas a pagar relativas a “Parceiros” é referente ao montante que o Instituto tem a pagar aos parceiros dos projetos em curso, como coordenador desses projetos.

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” tinham a seguinte composição:

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|----------------|----------------|
| | <u>Passivo</u> | <u>Passivo</u> |
| IRC: | | |
| Estimativa de imposto (Nota 8) | 72.784 | 43.327 |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares | 51.894 | 31.055 |
| Contribuições para a Segurança Social | 64.770 | 47.023 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado | 74.218 | 103.702 |
| Outros impostos | <u>587</u> | <u>483</u> |
| | <u>264.253</u> | <u>225.590</u> |

19. LOCAÇÕES

O Instituto é parte em diversos contratos de locação operacional, essencialmente, relacionados com o arrendamento de espaços pelo INESC.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais relativos a equipamento básico e de transporte, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a liquidar no prazo de um ano (curto prazo), correspondem a, aproximadamente, 191.000 Euros em cada exercício.

Adicionalmente, o Instituto tem um contrato de arrendamento relativo às suas instalações por prazo indefinido, estimando-se que o valor das rendas corresponda a montante de, aproximadamente, 156.000 Euros por ano.

20. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Instituto tinha um montante de garantias bancárias prestadas no montante de 135.097 Euros e 152.595 Euros, respetivamente. Estas garantias destinavam-se a garantir o bom cumprimento das obrigações assumidas pelo Instituto em contratos de fornecimento de serviços de telecomunicações e energia, e em contratos com clientes referentes à execução de instalações do sistema Ciclope adjudicadas ao Instituto.

21. RÉDITO

A rubrica “Vendas e serviços prestados”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--------------------|------------------|------------------|
| Serviços prestados | <u>2.951.468</u> | <u>2.792.283</u> |

Os serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respeitam maioritariamente a prestação de serviços de apoio efetuadas pelo Instituto a terceiros no âmbito de projetos diversos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram prestados serviços a partes relacionadas nos montantes de 162.256 Euros e 156.856 Euros, respetivamente (Nota 28).

22. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica “Subsídios à exploração”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--------------------|------------------|------------------|
| Projetos nacionais | 855.556 | 696.870 |
| Projetos europeus | <u>1.795.395</u> | <u>1.722.175</u> |
| | <u>2.650.951</u> | <u>2.419.045</u> |

Os valores recebidos pelo Instituto, correspondentes a subsídios à exploração, encontram-se sujeitos a diversos níveis de verificação e a exames a realizar pelas entidades que os concederam. Assim, os montantes recebidos a título de subsídios e ainda não integralmente verificados e examinados por aquelas entidades, podem ser sujeitos a eventuais correções. Contudo, a Administração do Instituto entende que eventuais correções resultantes de revisões / inspeções por parte das autoridades competentes não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, considerando as perdas de imparidade registadas.

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

| | 2022 | 2021 |
|--------------------------|------------------|------------------|
| Componentes | 828.571 | 1.184.672 |
| Trabalhos especializados | 271.217 | 174.702 |
| Rendas e alugueres | 259.992 | 215.341 |
| Deslocações e estadas | 210.829 | 96.068 |
| Honorários | 52.748 | 38.111 |
| Ferramentas e utensílios | 51.463 | 85.944 |
| Energia e fluídos | 26.465 | 21.368 |
| Despesas de logística | 26.318 | 31.642 |
| Comunicação | 20.551 | 18.045 |
| Seguros | 10.225 | 31.980 |
| Outros | 78.959 | 79.104 |
| | <u>1.837.338</u> | <u>1.976.977</u> |

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram obtidos serviços de partes relacionadas, no montante de 266.660 Euros e 256.942 Euros, respetivamente (Nota 28).

A variação da rubrica de “Componentes” está relacionada com a variação dos serviços prestados, nomeadamente nos serviços do projeto Ciclope.

24. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica “Gastos com o pessoal”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

| | 2022 | 2021 |
|---|------------------|------------------|
| Remunerações | 2.637.020 | 2.087.628 |
| Bolsas | 142.482 | 141.823 |
| Encargos sobre as remunerações ao pessoal | 437.389 | 400.002 |
| Refeições | 107.866 | 101.071 |
| Seguros | 43.017 | 34.504 |
| Indemnizações ao pessoal | 780 | 1.400 |
| Outros | 3.560 | 6.940 |
| | <u>3.372.114</u> | <u>2.773.368</u> |

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Instituto teve ao seu serviço, em média, 100 e 96 empregados, respetivamente.

25. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica “Outros rendimentos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Subsídios ao investimento (Nota 14) | 34.613 | 32.811 |
| Outros | 12.375 | 7.985 |
| | <u>46.988</u> | <u>40.796</u> |

26. OUTROS GASTOS

A rubrica “Outros gastos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

| | 2022 | 2021 |
|-------------|---------------|---------------|
| Quotizações | 13.504 | 13.105 |
| Impostos | 1.884 | 1.664 |
| Outros | 18.160 | 11.644 |
| | <u>33.548</u> | <u>26.413</u> |

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram registados outros gastos referentes a partes relacionadas no montante de 5.879 Euros e 3.794 Euros, respetivamente (Nota 28).

27. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Os juros e gastos similares suportados, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinham a seguinte composição:

| | 2022 | 2021 |
|--------|--------------|--------------|
| Outros | 3.068 | 3.031 |
| | <u>3.068</u> | <u>3.031</u> |

28. PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

| | 2022 | | |
|----------|------------------------------------|-------------------------------|--|
| | Serviços prestados (Nota 21) | Outros gastos (Nota 26) | Fornecimentos e serviços externos (Nota 23) |
| INESC | 19.441 | 1.110 | 234.055 |
| INESC ID | 97.382 | - | 2.426 |
| INESC MN | 40.153 | - | - |
| IST | 5.280 | 4.769 | 4.769 |
| INESCTEC | - | - | 25.410 |
| | <u>162.256</u> | <u>5.879</u> | <u>266.660</u> |
| | 2021 | | |
| | Serviços prestados (Nota 21) | Outros gastos (Nota 26) | Fornecimentos e serviços externos (Nota 23) |
| INESC | 55.250 | - | 192.626 |
| INESC ID | 48.150 | - | - |
| INESC MN | 48.236 | - | - |
| IST | 5.220 | 3.794 | 42.000 |
| INESCTEC | - | - | 22.317 |
| | <u>156.856</u> | <u>3.794</u> | <u>256.942</u> |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as transações efetuadas entre as partes relacionadas respeitam, essencialmente, a rendas de espaços e cedências de recursos humanos e gastos administrativos.

Saldos com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Instituto apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

| | 2022 | | |
|----------|----------------------|---------------------------|--|
| | Clientes (Nota 9) | Fornecedores (Nota 17) | Outras dívidas a pagar (Nota 17) |
| INESC | 15.332 | 26.424 | - |
| INESC ID | 88.603 | - | - |
| INESC MN | 143.843 | - | - |
| INESCTEC | - | - | 32.846 |
| IST | 541 | 1.261 | 52.640 |
| | <u>248.319</u> | <u>27.685</u> | <u>85.486</u> |

| | 2021 | | |
|----------|----------------------|---------------------------|--|
| | Clientes (Nota 9) | Fornecedores (Nota 17) | Outras dívidas a pagar (Nota 17) |
| INESC | - | 50.803 | - |
| INESC ID | 28.696 | - | - |
| INESC MN | 103.917 | - | - |
| INESCTEC | - | 27.449 | - |
| IST | 535 | 7.990 | 46.640 |
| | <u>133.149</u> | <u>86.242</u> | <u>46.640</u> |

29. DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

A rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tinha a seguinte composição:

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Ativos fixos tangíveis (Nota 6) | <u>91.239</u> | <u>93.486</u> |

30. RESULTADO POR UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

O resultado por unidade de participação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi determinado como segue:

| | 2022 | 2021 |
|--|----------------|----------------|
| Resultado líquido do exercício | 193.124 | 94.519 |
| Número de unidades de participação (Nota 11) | <u>200.000</u> | <u>200.000</u> |
| Resultado por unidade de participação básico | <u>0,97</u> | <u>0,47</u> |

31. OUTROS PROJETOS

De acordo com os procedimentos estabelecidos nos programas de financiamento de projetos, apresenta-se a agregação de Gastos e Rendimentos do exercício por atividades:

| Custos e Rendimentos por Atividades | Atividade não Económica | Atividade Económica | Total |
|-------------------------------------|-------------------------|---------------------|-----------|
| Rendimentos Totais | 2 691 660 | 2 958 810 | 5 650 470 |
| Gastos Totais | 3 023 165 | 2 434 181 | 5 457 346 |
| Margem | -331 506 | 524 630 | 193 124 |

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde 31 de dezembro de 2022 até esta data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



RELATÓRIOS DE AUDITORIA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Certificação Legal de Contas



Relatório de Auditoria

